



Atribuição do docente na educação inclusiva

José Marcelo Rodrigues Feitosa *

Pedagogo, especialista e mestrando, professor mediador da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco - AC, Brasil. [*marcelogauch@hotmail.com](mailto:marcelogauch@hotmail.com)

Recebido em: 19/09/2022

Aceito em: 15/12/2022

Publicado em: 30/12/2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/269504.4.2-7>

RESUMO

O referido artigo traz sugestões e ponderações sobre as atribuições docentes na educação especial e inclusiva, evidenciando algumas normas que auxiliaram para assegurar o direito dos educandos com privações e precisam de auxílio educacional na instituição de ensino normal. Conforme a normas da Educação Básica do ano de 1986. Indicativo inclusive de uma breve representação de inclusão, precisão didáticas para a agregação. Para que ocorra uma educação abrangedora é indispensável que os docentes procurem se aperfeiçoar, aprimorem-se com formações continuadas, com a finalidade a mediação ao acolher o educando com suas particularidades educativas e especiais, pretendendo uma educação no que diz respeito a adversidade de cada pessoa. Desta maneira, a metodologia empregada foi bibliográfica e de cunho qualitativo, ao perceber o interesse do ensino inclusivo para educandos com privação e as normas que comprovam o seu real desenvolvimento de sua programação do PPP das instituições, apoiando os docentes nesses procedimentos escolarização, considerando tais diferenças. A inclusão acarreta uma modificação nas políticas educacionais e de efetivações de planejamentos educativos na concepção exclusão a concepção inclusiva, originando um espaço em que a praxis não necessita estar restrita a um conjunto equivocado conectado a modelos que distanciam a realidade pretensão do proporcionar uma educação igualitária a todos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Necessidades educativas. Atribuição do docente.

Attribution of the teacher in inclusive education

ABSTRACT

This article brings suggestions and considerations about the teaching attributions in special and inclusive education, highlighting some norms that helped to ensure the right of students with deprivations and need educational assistance in the institution of normal education. Conforms to Basic Education norms of the year 1986. Indicative of a brief representation of inclusion, didactic precision for aggregation. For a comprehensive education to occur, it is essential that teachers seek to improve themselves, improve with continuing education, with the purpose of mediation by welcoming the student with their educational and special particularities, intending an education with regard to the adversity of each person. In this way, the methodology used was bibliographical and qualitative, when realizing the interest of inclusive education for students with deprivation and the norms that prove their real development of their PPP programming of the institutions, supporting teachers in these schooling procedures, considering such differences. Inclusion entails a change in educational policies and in the implementation of educational planning from the exclusion concept to the inclusive concept, creating a space in which praxis does not need to be restricted to a wrong set connected to models that distance the intention of providing an egalitarian education to all.

Keywords: Inclusive education. Educational needs. Teacher attribution.

INTRODUÇÃO

O intuito deste artigo é reflexionar a magnitude do docente na educação Especial e Inclusiva, onde frequentemente não conhecemos ou sabemos de que forma devemos conduzir a situação, quando nos deparamos com uma pessoa com deficiência. Porventura a falta de capacitação de forma adequada nos conduza em algumas ocorrências desconfortantes em nosso cotidiano e esse estudo tem como objetivo expor o desenvolvimento do docente dentro da classe com educandos portadores de necessidades especiais.

Assegurado a questão sobre a integração dos educandos com carências educativas estão muito bem assegurados, fundamentalmente, estamos vivenciando um novo modelo de educação especial e inclusiva. No entanto, é uma grande indiferença entre os princípios legais teóricos e as práticas de inclusão, entre o que já garantido e aquilo de fato, é assegurado na instituição de ensino. Faz ponderar que a legalidade deste processo se origina da capacidade de movimentações, articulações, ações das potências identificadas com a imprescindível modificação das nossas organizações educacionais.

Com o propósito de fortalecer uma boa pesquisa, necessitamos compreender a definição e a relevância do ensino especial e inclusivo em nosso estudo, e transversalmente de seus fundamentos e critérios, saibamos a experienciar e consequentemente coloca-las em praxis o que buscamos almejar com nosso estudo e objetivos a serem alcançados por meio da pesquisa que tencionamos a realizar e desta forma obtermos resultados pertinentes e consideráveis. Com tais experiências experienciadas em nosso cotidiano, podemos compreender, mediante nossas observações, registros e ponto de vista como investigador, sendo assim analisar e pesquisar novos enfoques e formas de trabalhar.

O Plano do docente no ensino inclusivo não pode ser dissemelhante ao do docente regente, pois, nesse sentido mais extenso, deve contemplar a todos, ao pesquisarmos essas complexidades, percebemos a grande demanda de reconsiderar tais concepções e a forma conveniente para os docentes, pois compete a eles cooperar com novas sugestões de estudo, agir com uma percepção mais específica na classe, sendo o mediador que vai facilitar os procedimentos de instrução e aprendizado. Frequentemente os docentes demonstram constância em relação ao assunto é modificações, causando um debate de como introduzir metodologias neste método de preparação que permita a integração dos educandos com escassez específicas no âmbito escolar.

Quanto mais enxergamos determinadas veracidade dos assuntos, mais firmes ficamos perante tal problema. O moderno causa vulnerabilidade e inconstância, exigindo renovação e mudanças. É normal sermos rígidos aos que nos desestruture. Certamente, as concepções inclusivas causaram muita oscilação e persistência (MINETTO, 2008).

Deste modo, cabe aos docentes buscar novos procedimentos e competências que concedam compreender e interceder nos episódios que vivenciam, além de assessorarem na idealização de uma concepção abrangedora, realizando mudanças consideráveis pautadas nas perspectivas e com visões otimistas dos indivíduos com ausência educacional. Com os objetivos dos procedimentos de inclusão seja atingido, há intensão de mudanças neste processo dentro das circunstâncias educacionais, que são praticadas através das reflexões compromissadas e cumpridoras pelos incluídos referente a veracidade da inclusão.

Justificando a relevância do docente nos procedimentos educacionais e inclusivos, os objetivos dessa pesquisa foram investigar e analisar seus atributos relacionado a inserção de educandos com necessidades educativas e o procedimento de aprendizagem apresentados para os educandos, com a finalidade de contribuir com inclusão desses indivíduos de maneira eficiente e adequada neste contexto.

MATERIAL E MÉTODOS

Compreendemos que o propósito do artigo e quaisquer pesquisas, é imprescindível o percurso metodológico. Partindo deste ponto, para a referida pesquisa, o desenvolvimento metodológico se deu de forma estruturada, detalhe, procedendo de um estudo bibliográfico e de característica qualitativa. Através de consultas de manuscritos, artigos, dissertações e documentos que permitam se debruçar e que oportunize uma concretização breve discussão da temática em evidência.

Inclusão educacional e necessidades educativas: breve ponderação

O país teve um avanço significativo no processamento de ensino especial e inclusivo com a Carta Constitucional e LDB 9394/96, que assegura a todos os mesmos direitos.

Conforme Fernandes (2011) salienta sobre a concepção de inclusão como:

[...] o termo “integração” é conceituado para caracterizar os movimentos iniciais de defesa de direitos de pessoas com deficiência na ocupação de

diferentes espaços na vida social, como a educação, a saúde, o lazer, os esportes. (p. 67).

No momento em que falamos em “necessidade educativas especiais” preconizamos a subsistência de uma dificuldade na aprendizagem apontando que os educandos com tais escassez necessitam de métodos e práticas educacionais adaptadas dentro do planejamento educacional. Desta forma, cabe a instituição adotar métodos de incorporação deste educando, tencionando uma educação democrática e respeitável a todas as pessoas incluídos neste processamento de transmissão de conhecimento.

Para Mantoan (2003) fala que:

[...] o processo de integração refere-se especificamente aos modelos de inserção escolar de alunos com deficiências, que compreendem um contínuo de possibilidades, desde as classes comuns até locais específicos, como classes e escolas especiais (p. 9).

Com objetivo das instituições possam responder aos procedimentos de integração, os educandos portadores de necessidades educativas e especiais necessitam ser inseridos na rede regular e em salas regulares de ensino, necessita de compreensão, a fim de assistir e assegurar essa demanda com suas especificações distintivas de todo educando, apesar de suas privações e suas particularidades, deste modo se adequar e reorganizar o currículo, planejamento, metodologias e as praxis, levando em consideração que o Projeto Político Pedagógico da escola é fundamental para receber esses indivíduos e respeitar suas limitações, contemplando a gama que é nossa comunidade escolar, estabelecendo uma igualdade no avanço das metodologias conjecturado e a coletividade dos incluídos.

O currículo alinhado sobretudo nos conteúdos teóricos e nos formatos mais específicos, que sugere sistemas de qualificação fundamentados na suplantação de níveis mais normativos igualitário para todas as pessoas, apresenta ao insucesso os educandos com mais problemas para prosseguir neste contexto. Os programas mais estabilizados, aos quais o progresso comum e próprio ao mesmo modo tem sua importância e que as avaliações sejam feitas em incumbência do crescimento de cada educando, oportunizam a inserção dos educandos (MARCHESI, 2004).

A instituição de ensino como alicerce para educação especial e inclusiva necessita de ajustes na grade curricular e configuração. Os de vasta importância pertencem a legislações Federais, Estaduais, Municipais de educação; as de baixa

estrutura são feitas pelos docentes, tais recursos, metodologias para acrescentar seus aperfeiçoamentos, com o objetivo de introduzir estes educandos de forma igualitária e benevolente, com direito e reciprocidade análogos na educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atribuição do docente na educação inclusiva

A educação especial e inclusiva é uma área de pesquisa comparativamente nova no campo da educação, muitos docentes se encontram perdidos mediante esta concepção e as estruturas sociais no que se refere às pessoas com deficiência. Portanto, desde o século XVI, a educação pesquisa pressupostos e práxis voltadas ao ensino de qualidade, com docentes envolvidos em transmitir aos educandos um ensino de qualidade, apesar de suas diferenças particulares. Nessa perspectiva de estar acessível aos conhecer o outro, (Freire, 2005). Em seus relatos consolida-se que “o ideal é que nas experiências educadoras, educandos e educadores, juntos’ convivam’ de tal maneira com saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho aos educadores (a).”

Baseado na resolução CNE/CEE n° 02/2001, a educação especial e inclusiva oferece apoios e assistências especializada aos educandos portadores de necessidades educativas especiais. De acordo com Fernandes (2006), evidenciam-se:

- :
- Alunos surdos, que, por suas necessidades linguísticas diferenciadas, precisam conhecer a língua de sinais e exigem profissionais intérpretes;
- Alunos com deficiência visual, que necessitam de recursos técnicos, tecnológicos e materiais especializados;
- Alunos com deficiência física neuromotora, que exigem a remoção de barreiras arquitetônicas, além de recursos e materiais adaptados à sua locomoção e comunicação;
- Alunos com deficiência intelectual, que demandam adaptações significativas no currículo escolar, respeitando-se seu ritmo e estilo de aprendizagem;
- Alunos com condutas típicas de síndromes e quadros neurológicos, psiquiátricos e psicológicos que demandam apoios intensos e contínuos, além de atendimentos terapêuticos complementares à educação;
- Alunos com altas habilidades/superdotação, que, devido às motivações e aos talentos específicos, requerem enriquecimento, aprofundamento curricular e/ou aceleração de estudos. (p. 30).

O docente é o facilitador entre- o educando e o conhecimento e compete a ele proporcionar situações didáticas em que o educando com necessidades educativas e especiais alcance o senso comum e prossigam em sua capacidade humana e afetiva, sociável e mental, quebrando os paradigmas que assim apareçam.

Os docentes necessitam refletir na educação de modo geral, Farfus (2008), estabelece que:

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático. (p. 30).

Um dos motivos fundamentais para tal proposta inclusiva em classe é que os docentes modifiquem suas interpretações errôneas da pessoa com necessidade educativas, para uma visão específicas na perspectiva, elaborando atividades diferenciadas, mas com o mesmo conteúdo, dando ênfase na reciprocidade do respeito e as diferenças e as intelectualidades variadas.

Conforme Minetto (2008), para que seja plausível:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (MINETTO, 2008, p. 101).

Em concordância no que a citação fala, os docentes que procuram uma ação didática, necessitam estar consciente em relação a adversidades de seus educandos, buscando concretizar suas funções de maneira igualitária e sensata, conforme os preceitos da reciprocidade, desconsiderando toda e quaisquer diferenciação com intuito e formar cidadãos responsáveis para o convívio das diferentes adversidades existentes.

Além dos docentes, as famílias dos educandos com necessidades educativas especiais podem participar a todo instante dos procedimentos de aprendizagem desses indivíduos, pois os três elementos fundamentais instituição, comunidade e família são extremamente importante neste contexto, pois através destas participações os docentes tem a chance de vivenciar e conhecer seus educandos e suas particularidades, emergindo daí uma troca de informações a fim de proporcionar um melhor aprendizado para todos, pois sozinho não será capaz de efetivar uma instituição respaldada nesta formulação inclusiva.

A conexão docente e educando uma construção de uma classe inclusiva

O docente como peça fundamental da instituição, deve ter a sensatez e o comprometimento com educando, dando suporte para que este se torne um indivíduo interativo na comunidade educacional e social como um todo. Bessa (2011) e Libâneo (1994), evidencia que a qualidade mais significativa da atividade profissional do docente é a interposição entre educandos e docentes e a comunidade.

De acordo com Morales (2001), a conexão docente e educando na classe é confusa e circunscribe pontos de vista, ou seja, não se pode resumi-la a uma insensível relação didática sequer uma relação humanista e calma. No entanto é indispensável ver a coletividade das relações docente e educando através de um modelo compreensivo pertinente a motivação, porém é necessário entender tudo que acontece na classe e a necessidade de entregar a atividades incentivadoras. Desse modo, as conexões entre professores e alunos envolvem condutas profundamente relacionadas, porque a ação de um estimula ou proporciona as do outro. Deste modo o educando não é um arquivo de memória, como se fosse algo grandioso que guardassem muitas memórias. O educando é um ser suficiente e com capacidade de pensar, debater, refletir, dar opinião, com dissentimento de sua posição.

No sentido de promover esta ligação classe docente e educando reivindica tanto para professor como para o aluno, e assim contribui para o desenvolvimento de todos, os educandos com necessidades educativas especiais que necessitam destes docentes para inclusão respeitável e aceitável, necessitam entre outras razões de compreensão e respeito dos docentes, equipe gestora e funcionários de apoio.

O aceitamento ou importância confirmativo pleno do educando em relação aos educandos constitui-se em uma postura de aceitamento pleno e respeito às pessoas com necessidades educativas, no sentido de apoiar a sua assimetria, referindo-se em sua individualidade, pois merecedor de confiança. Dessa forma, uma observação a ser dita em relação a indagação da relatividade na aceitação que nos manda a respectiva coerência, pois receber educandos de maneira completa é capaz, em alguns momentos, rasgar os princípios realidade.

Outro comportamento aceitável e essencial na organização de um ambiente saudável a aprendizagem auto-iniciada e/ou tentame é apresentar empatia do docente para com o educando. Ser compreensivo é a competência do docente de compreender o

universo do aluno como se existisse o seu respectivo mundo, empenhando-se colocar em seu lugar, sem permitir, todavia, de ser ele mesmo, o próprio.

Para Rogers (1971):

Quando o professor tem a habilidade de compreender as reações íntimas do aluno, quando tem a percepção sensível do modo como o aluno vê o processo de educação e de aprendizagem, então, cresce a possibilidade de aprendizagem significativa (p. 112).

Entretanto, pôr-se no lugar do outro e enxergar a circunstancia pelos olhos do educando é um comportamento pouco habitual nas instituições. Determinar uma conexão de empatia talvez seja complexo para alguns docentes, pois mover-se de lugar, arca para si, poucos comportamentos dos educandos, lógico que nem sempre é compatível com a maneira de ser do professor. Deste modo um educando que por quaisquer motivos, verdadeiros ou fictícios, não responde a esperança, ou ande no compasso calculado, põe em indicativo uma série de sentimentos incoerentes com os quais os docentes necessitam conviver na classe. A discordância está na base das conexões humanas. por essa razão, ainda que o reconhecimento de a relação educacional é promovendo na frequência de determinadas ações, preocupante e impossível esperar que o docente seja compreensivo em todos os aspectos educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identifica-se que houve um vantajoso progresso nas instituições de ensino para integração dos educandos portadores de necessidades educativas especiais, executando com que esses docentes procurem novos modelos e novas formas de educar, ensinar, interessados na inclusão de todos esses educandos no ensino regular, aperfeiçoando amor-próprio e sua autonomia destes educandos.

Cabe aos docentes realizar seus trabalhos voltados ao direito da conformidade e de oportunidade a todos, o que não reivindica um incomparável modo de ensinar, mas o de se pôr à disposição a cada indivíduo o que for de mais adequado a suas necessidades referente a suas particularidades, preferencias e competências.

Construir uma educação que obedeça a diversidade dos indivíduos e aprender com eles, desfrutar do saber construídos por cada um na concepção de um desenvolvimento entre pessoas, pois tais possibilidades de aprendizagem desses indivíduos está de modo direto relacionada ao plano de estudar, ocasionando pelo docente

e por todos os elementos que se relacionam, proporcionando aquisição de novas atribuições intelectuais que será fundamental para seu percurso educacional, independentemente de suas particularidades ou habilidades.

A inclusão provoca uma transformação nas políticas educacionais e de execução de projetos educacionais na percepção exclusivo à percepção inclusiva, tonando-se um ambiente onde a práxis não necessita estar restrita a um conjunto análogo de ensino.

Para que os docentes possam empenhar-se na educação especial e inclusiva é preciso que ocorram muitas mudanças morfológicas e didáticas, vencendo obstáculos e oportunizando e abrindo novos mecanismo a novos educandos com uma gama de adversidades e toda as suas particularidades.

Em conclusão, constata-se a importância do docente nesses procedimentos, em razão dele que os docentes aprendem a coexistir com as particularidades e- a gama de diferenças que existem na classe, concebendo que haja uma educação voltada à percepção e a reciprocidade bilateral, onde não transcorra segregação, pois não há indivíduos melhores e tão pouco piores em razão de suas necessidades especiais, as quais são diferentes e precisam ser respeitadas.

REFERÊNCIAS

BESSA, V. H. **Teorias da Aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil S. A, 2011.

FERNANDES, S. **Metodologia da Educação Especial**. 1. ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MORALES, P. V. **A relação professor-aluno - o que é, como se faz**. São Paulo: Editorial y Distribuidora, 2001.

ROGERS, C. R. **Liberdade para aprender**. Belo Horizonte: Interlivros, 1971.